

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004620-04.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Requerente: **Jane Aparecida Pepino e outro**
 Requerido: **'Banco do Brasil S/A**

Prioridade Idoso

Vistos.

Jane Aparecida Pepino e Decio Bellon ajuizaram execução definitiva de título executivo judicial em face do **Banco do Brasil S.A.**, sob alegação de que o título executivo, sentença proferida em ação civil pública ajuizada pelo IDEC (processo nº 1998.01.1.16798-9 da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial de Brasília/DF), reconheceu a obrigação do banco ao pagamento das diferenças de rendimentos creditados em caderneta de poupança no período, dentre outros, do Plano Verão, juntando certidão de objeto e pé do apontado processo. Requereram a citação e intimação do banco executado para pagamento da importância de R\$ 146.636,99. Juntaram documentos e apresentaram memória de cálculo (fls. 01/22).

O executado apresentou impugnação ao cumprimento de sentença. Arguiu, como matéria preliminar: necessidade de suspensão do processo, em virtude de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça e ilegitimidade ativa por ausência de comprovação de que os autores são associados ao IDEC. Arguiu a impossibilidade de incidência de juros remuneratórios e a necessidade de liquidação do julgado. Discorreu ainda sobre a forma de incidência dos juros moratórios, da correção monetária e dos honorários advocatícios (fls. 54/76).

Os exequentes se manifestaram sobre a impugnação ao cumprimento de sentença.

O processo foi suspenso, a fim de que se aguardasse o julgamento do REsp nº 1.391.198/RS (fl. 142).

Determinou-se aos exequentes a emenda da petição inicial, a fim de que fosse procedida à liquidação da sentença (fls. 185/186), cuja decisão foi reformada com o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

provimento parcial do Agravo de Instrumento nº 2201541-65.2014.8.26.0000 (fls. 208/211). O processo foi suspenso até final julgamento dos recursos Especial e Extraordinário interpostos pelo executado em face dessa decisão (fl. 234).

Comunicando o não conhecimento do Agravo em Recurso Especial interposto pelo executado (fl. 237) foi proferida a respeitável decisão afastando as preliminares arguidas pelo executado, determinando-se a remessa dos autos ao contador para a elaboração de cálculo (fls. 241/243).

Após a vinda dos cálculos (fls. 373/384), as partes se manifestaram (fls. 388/389), promovendo as retificações postuladas (fls. 393/403), com o que as partes concordaram (fls. 407 e 410/411).

É o relatório.

Fundamento e decido.

A impugnação ao cumprimento de sentença merece parcial acolhimento.

As matérias preliminares foram devidamente afastadas pelas decisões proferidas no curso do processo e por isso estão devidamente superadas, sendo desnecessária qualquer digressão a respeito. Da mesma forma, os critérios para apuração do correto valor devido aos exequentes estão sedimentados e inexistente controvérsia entre as partes sobre este ponto.

No entanto, foi apurado excesso de execução na conta de liquidação apresentada pelos exequentes em conjunto na inicial. Com efeito, o cálculo elaborado pelo contador judicial chegou a valor menor do que aquele pretendido pelos exequentes, tendo ambas as partes concordado com referidos cálculos, o que acarreta sua homologação. Houve decote do pleito atinente aos juros remuneratórios, conforme julgamento do Agravo de Instrumento nº 2268254-85.2015.8.26.0000 (fls. 347/368).

Em arremate, observo que a obrigação foi satisfeita, pois a quantia depositada pelo executado no prazo legal (fl. 53) já abarcou valor relativamente superior ao perseguido pelos exequentes, ressaltando-se que o depósito foi realizado em conta judicial remunerada, com incidência de juros e correção monetária.

Ante o exposto, **acolho em parte a impugnação, para reconhecer o excesso de execução e fixar o valor devido aos exequentes nos termos dos cálculos**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

apresentados (fls. 393/403), os quais ora se homologa. Em consequência, em razão do adimplemento da obrigação, julgo extinta a presente execução, em sua fase de cumprimento de sentença, o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II, Código de Processo Civil.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais serão repartidas entre as partes na proporção de metade para os exequentes e metade para os executados, nos termos do artigo 86, *caput*, do Código de Processo Civil. Considerando que os honorários são direito do advogado, sendo vedada a compensação, como dispõe o artigo 85, § 14, do Código de Processo Civil, arbitro os honorários em 10% do valor atualizado em execução, que deverão ser pagos pelo executado ao advogado dos exequentes, e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) que deverão ser pagos pelos exequentes ao advogado do executado, observados o proveito econômico obtido por ambas as partes e os critérios fixados pelo artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil.

Conforme já determinado na respeitável decisão de fls. 241/243, apenas após o trânsito em julgado é que será deferido o levantamento do valor dado em garantia na proporção devida a cada parte.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 04 de abril de 2017.

Daniel Luiz Maia Santos

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**